

DOI:

<https://doi.org/10.21789/24222704.1877>

Sugerencia de citación: Brandão, R. V. (2022). Família, finanças e poder no Brasil: a trajetória do grupo Itaú (1943-2008). *tiempo&economía*, 9(2), 192-219. <https://doi.org/10.21789/24222704.1877>

Família, finanças e poder no Brasil: a trajetória do grupo Itaú (1943-2008)

Family, finance and power in Brazil: The trajectory of the Itaú group (1943-2008)

Rafael Vaz da Motta Brandão

Doutor em História Social, Universidade Federal Fluminense
Professor do Departamento de Ciências Humanas e do
Programa de Pós-Graduação em História Social da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-7618-995X>
rafabrandao@uol.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória do grupo Itaú no período compreendido entre 1943, ano em que foi fundado o Banco Central de Crédito, e 2008, quando foi realizada a fusão com o Unibanco. Controlado pelas famílias Setúbal e Villela, o Itaú transformou-se, ao longo da segunda metade do século XX, em um dos mais poderosos grupos econômicos do Brasil. A hipótese defendida no texto é de que a trajetória do Itaú deve ser compreendida a partir de três grandes fases: 1) origem em um banco de atuação regional, o Banco Central de Crédito; 2) expansão, beneficiada pela política de conglomeração bancária da Ditadura Militar, e 3) consolidação, com a participação nos processos de privatização dos bancos estaduais na segunda metade da década de 1990.

Palavras-chave: família; poder; grupos econômicos; setor bancário; Itaú; história econômica

Códigos JEL: D21, F23, L20

ABSTRACT

The article intends to analyze the trajectory of the Itaú group in the period between 1943, the year in which Banco Central de Crédito was founded, and 2008, when the merger with Unibanco took place. Controlled by the Setúbal and Villela families, Itaú became, throughout the second half of the 20th century, one of the most powerful economic groups in Brazil. The hypothesis defended in the article is that Itaú's trajectory should be understood from three major phases: 1) its origins in a regional bank, Banco Central de Crédito; 2) expansion, benefited by the military dictatorship's banking conglomeration policy; and 3) consolidation, with participation in the privatization processes of state banks in the second half of the 1990s.

Keywords: family; power; economic groups; banking sector; Itaú; economic history

JEL Codes: D21, F23, L20

Introdução

O historiador econômico David Landes, ao analisar a trajetória das principais dinastias da história do capitalismo, observou que a atividade bancária representaria o espaço mais fecundo para o desenvolvimento de empresas familiares (Landes, 2007, p. 3). O principal argumento apontado seria de que, historicamente, o sucesso nessa atividade empresarial se sustentaria, em grande parte, por relações pessoais e de confiabilidade.¹ Pierre Bourdieu (1996), por sua vez, observa que:

nas corporações, por exemplo, a família tem um papel considerável, não apenas na transmissão, mas também na gestão do patrimônio econômico, especialmente através das ligações de negócios que são também, com frequência, ligações familiares. As dinastias burguesas funcionam

1 Segundo Landes (2007), "na atividade bancária, os contatos são importantes. Isso quer dizer família, continuidade, bons casamentos e sucessão dinástica" (p. 8).

como clubes seletos; elas são lugares de acumulação e de gestão de um capital que é igual à soma dos capitais de cada um de seus membros e que as relações entre os diferentes detentores permitem mobilizar, ainda que parcialmente, em favor de cada um deles. (p. 133)

Assim como na história das finanças mundial — em que temos, como exemplos, os Baring, os Morgan e os Rothschild —, a história dos grandes bancos brasileiros está fortemente ligada à trajetória de dinastias familiares. Entre as principais famílias de banqueiros brasileiros, destacam-se os Paula Machado (Boavista), os Magalhães Pinto (Nacional), os Safra (Safra), os Aguiar (Bradesco), os Moreira Salles (Unibanco), entre outros. Contudo, nenhuma outra dinastia está, ainda hoje, tão fortemente associada à história bancária no Brasil quanto as famílias Setúbal e Villela, controladoras do Itaú.

Os Setúbal e os Villela chegaram ao ramo bancário devido aos laços familiares que possuíam com Alfredo Egydio de Souza Aranha, fundador do Banco Central de Crédito, a instituição que daria origem ao Itaú. Olavo Setúbal e Eudoro Villela, respectivamente, sobrinho e sogro de Alfredo Egydio, herdaram a direção do banco e foram os responsáveis pelo processo de expansão a partir de fusões, aquisições e incorporações que transformariam o Itaú em um dos maiores grupos econômicos do país.²

Na segunda metade da década de 1990, o Itaú consolidaria a sua posição monopolística no mercado brasileiro, participando dos processos de privatizações dos bancos estaduais. Além do Banco do Estado de Goiás (BEG), o Itaú comprou três instituições de grande porte: o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), o Banco do Estado do Paraná (Banestado).

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo analisar a trajetória do grupo Itaú procurando relacionar suas estratégias de crescimento, expansão e consolidação às políticas estatais de conglomeração bancária e de privatização dos bancos estaduais, que transformariam o banco controlado pelas famílias Setúbal e Villela em uma das mais poderosas instituições financeiras do país. Para isso, defendemos o entendimento de que a história do Itaú deve ser compreendida a partir de três grandes fases distintas: 1) a origem em um banco de atuação regional, o Banco Central de Crédito, fundado em São Paulo em 1943, por Alfredo Egydio de Souza Aranha; 2) expansão,

2 Compartilhamos, aqui, o mesmo entendimento de Reinaldo Gonçalves (1991), para quem o grupo econômico é, simultaneamente, um lócus de acumulação de capital e um lócus de poder (p. 494).

a partir de fusões e incorporações de outras instituições financeiras, favorecida pela política de conglomeração bancária da Ditadura Militar; 3) consolidação, durante a década de 1990, com a aquisição de bancos estaduais nos processos de privatização. Para proceder nossa análise, acessamos um conjunto de fontes composto por leis, decretos, relatórios e resoluções do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os dados quantitativos fornecidos por esse tipo de documentação permitem verificar os impactos das políticas estatais de centralização de capitais no setor bancário, tanto durante a ditadura, com o projeto de conglomeração bancária, quanto ao longo da década de 1990, com a privatização dos bancos estaduais. Recorremos, adicionalmente, ao uso de livros de memória empresarial e biografias de banqueiros, além de documentos legislativos e reportagens de imprensa.

O estudo sobre bancos e operações financeiras no Brasil, ainda que não tenha recebido a mesma atenção dedicada às pesquisas sobre desenvolvimento industrial, tem se constituído em um campo importante de investigação histórica (Guimarães, 2011, p. 63).

Sobre a atividade bancária durante o século XIX, destacam-se as pesquisas sobre o Banco do Brasil realizadas por Piñeiro (1996, 1997 e 2007) e sobre a atuação dos bancos ingleses no país desenvolvidas por Guimarães (1995, 2007, 2012a, 2012b, 2013), além dos estudos de Pelaez e Suzigan sobre história monetária (1993) e de Lobo sobre o capital financeiro no Rio de Janeiro (1978). A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi objeto de estudo de Levy (1977).

Estudos específicos sobre a trajetória de bancos nacionais contemplaram o Econômico (Oliveira, 1993), o Unibanco (Toledo, 1994; Martins, 2014) e o Bamerindus (Pereira, 2006). Entre os bancos estrangeiros, podemos citar as publicações sobre o Citibank (Ferreira, 2000) e o Sudameris (Mariano, 1991). Com relação aos bancos públicos, destacam-se as pesquisas sobre o Banco do Brasil (Oliveira, 1985; Montebello, 1993; Vidotto, 1995; Gambi, 2015), a Caixa Econômica Federal (Costa, 2000; Sucheuski, 2001) e o Banespa (Costa, 1988; Correa, 2017).

A organização política de banqueiros foi objeto de estudo de Minella (1988). Durante a Ditadura, a política de conglomeração bancária colocada em prática pelo regime foi tratada por Macarini (2007). Na década de 1990, a reestruturação do sistema financeiro brasileiro, orientada pela lógica

neoliberal, foi discutida por Freitas e Prates (2001), Vidotto (2002) e Salviano Júnior (2004).

Pesquisas de caráter regional se mostraram igualmente importantes. Nesse sentido, destacam-se os estudos sobre os bancos mineiros realizadas por Costa (1978) e sobre o sistema financeiro do Rio Grande do Sul, tratada por Lagemann (1985).

Também devem ser ressaltadas as biografias de banqueiros, tais como as obras sobre a vida de Olavo Setúbal (Brandão, 2008), Lázaro de Mello Brandão (Castro e Praça, 2017) e Walther Moreira Salles (Nassif, 2019).

Particularmente sobre o Itaú, o estudo mais aprofundado foi realizado por Martins (2014). Contudo, a obra, devido ao seu caráter institucional — publicada pelo próprio banco por ocasião da comemoração dos 90 anos de sua fundação —, apresenta uma perspectiva que, praticamente, reproduz a própria visão do Itaú acerca de sua história. Outro trabalho que merece destaque é o de Costa (2012), porém sua preocupação é com uma análise mais ampla sobre a história dos bancos no Brasil, não aprofundando a trajetória de bancos específicos.

Além desta introdução e de uma breve conclusão, o artigo está estruturado em sete seções. A primeira delas aborda as origens do Itaú, quando ainda se chamava “Banco Central de Crédito”. A segunda discute o início do processo de crescimento do grupo, quando as famílias Setúbal e Villela assumem a direção do banco. Na terceira seção, são discutidas as políticas de centralização de capitais e de conglomeração bancária da Ditadura. As duas partes seguintes tratam da expansão do grupo nas décadas de 1960 e 1970, através de fusões, aquisições e incorporações de outras instituições bancárias. A sexta seção analisa o processo de consolidação do Itaú, com a participação nos processos de privatização dos bancos estaduais na segunda metade dos anos noventa. Por fim, na última seção do artigo, busca-se discutir o aprofundamento do caráter monopolístico do grupo, a partir da aquisição do BBA-Creditanstalt, em 2002, e da fusão com o Unibanco, ocorrida em 2008, formando o maior banco privado da América Latina.

As origens: Alfredo Egydio de Souza Aranha e o Banco Central de Crédito

Em 1943, Alfredo Egydio de Souza Aranha e seu sócio, Aloysio Ramalho Foz, fundaram, na cidade de São Paulo, o Banco Central de Crédito. Décadas depois, este passaria a se chamar “Itaú”, transformando-se em um dos maiores grupos econômicos do país.

Alfredo Egidio nasceu em 28 de maio de 1894. Seus pais foram Olavo Egidio de Souza Aranha e Maria Vicentina de Souza Queiroz Aranha. Além do filho que, assim como o pai, tornara-se advogado, político e banqueiro, o casal teve uma filha, Francisco Egidio de Souza Aranha (Martins, 2014, p. 34).

Pertencente à tradicional família Souza Aranha, ligada à economia cafeeira na região de Campinas, Alfredo Egidio era bisneto de Joaquim Bonifácio do Amaral, visconde de Indaiatuba, e de Maria Luiza Souza Aranha, viscondessa de Campinas. Seu avô materno, Francisco Antônio de Sousa Queiroz, o barão de Sousa Queiroz, além de grande proprietário rural, foi deputado provincial, deputado-geral, presidente da província de São Paulo e senador do Império do Brasil (Martins, 2014, p. 34).

Mas não era apenas com a economia cafeeira que os Souza Aranha tinham vinculações. Em 1889, o tio-avô de Alfredo Egidio, Joaquim Egidio de Souza Aranha, marquês de Três Rios, fundou o Banco do Comercio e Indústria de São Paulo (Brandão, 2008, p. 30).

A relação da família Souza Aranha com a atividade bancária, portanto, já existia desde o final do século XIX. Também o pai de Alfredo Egidio, Olavo Egidio de Souza Aranha, fundou, em 1909, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, instituição que daria origem ao Banespa (Correa, 2017, p. 2). Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, foi deputado, senador e acionista principal das companhias Estrada de Ferro Paulista e Estrada de Ferro Mogiana (Martins, 2014, p. 35).

Olavo Egidio de Souza Aranha contou com sócios poderosos para a abertura do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola. Além da participação do governo estadual paulista, o banco obteve investimentos privados de capitais franceses, através da Casa Bancária Joseph Costa & Cia. e do próprio Banco do Comercio e Indústria de São Paulo. Em 1919, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo foi nacionalizado no governo de Altino Arantes (Correa, 2017, p. 2). Oito anos depois, seu nome foi alterado para “Banco do Estado de São Paulo” e, mais tarde, para “Banespa”.

Assim como seu pai, Alfredo Egidio formou-se advogado, em 1915, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em 1919, foi eleito deputado estadual, exercendo o mandato por três legislaturas seguidas. Em paralelo à carreira política, investiu na atividade industrial, tornando-se proprietário da Fiação Tecelagem São Paulo (Martins, 2014, p. 34).

No ramo de seguros, assumiu, em 1935, juntamente com um grupo de empresários paulistas formado por José Ermírio de Moraes, Silva Porto e

Edgard Azevedo Soares, o controle acionário da Companhia Ítalo-Brasileira de Seguros Gerais. Com o tempo, Alfredo Egydio comprou as partes de seus sócios e se tornou seu único dono (Brandão, 2008, p. 174). A empresa, então, passou a se chamar “Companhia Seguradora Brasileira”. Anos depois, daria origem à Itaú Seguradora, criada em 1972, e que, em 1985, teve seu nome alterado para Itaú Seguros (Brandão, 2008, p. 175).

Ao final da década de 1930, com o início da guerra, as filiais de bancos japoneses, alemães e italianos foram fechadas pelo governo Vargas, o que possibilitou ao capital privado nacional o investimento na atividade bancária (Bielschowsky, 1975, p. 49). Motivada também pela necessidade de financiamento da política de substituição de importações, a abertura de bancos foi facilitada pelo governo. Desde então, o aumento do número de instituições financeiras nacionais foi bastante expressivo. Em 1940, existiam 1.360 estabelecimentos bancários; quatro anos mais tarde, esse total chegava a 2.459 (Martins, 2014, p. 36). Foi dentro desse contexto de expansão da atividade bancária no país que, em 1943, o Banco Central de Crédito foi fundado.

O ramo bancário era um negócio bem conhecido não apenas dos Souza Aranha, mas também do próprio Alfredo Egydio. O fundador do Banco Central de Crédito, e que depois viria a se tornar Itaú, tinha sido, no início dos anos 1940, diretor da Caixa Econômica Federal de São Paulo, além de ter sido vice-presidente da seguradora Ítalo-Brasileira e atuado como advogado do Banco Francês e Italiano para a América do Sul. Alfredo Egydio foi também um dos fundadores do Sindicato do Comércio Atacadista Têxtil de São Paulo (Martins, 2014, p. 38). A proximidade com empresários do setor têxtil garantiu que, inicialmente, cerca de 90% dos clientes do Banco Central de Crédito fossem compostos por industriais e comerciantes ligados a essa categoria.

Cerca de seis meses depois de inaugurar sua sede em São Paulo, o Banco Central de Crédito abriu uma agência em Campinas, importante centro econômico e cidade onde os Souza Aranha tinham se estabelecido ainda no século XVIII e feito fortuna com a produção cafeeira. O Banco Central de Crédito chegaria ao final da década de 1940 com três agências na cidade de São Paulo e, a partir de então, iniciaria a sua expansão para o interior paulista (Costa, 2014, p. 236).

Na década de 1950, a intenção do governo de criar um Banco Central em substituição à Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) levaria à mudança de nome do banco (Costa, 2014, p. 236). Embora o Bacen só

surgisse uma década depois, já durante a ditadura, o então Banco Central de Crédito passaria a se chamar “Banco Federal de Crédito”. Ao mesmo tempo que mudava de nome, o banco tornava-se correspondente, no Brasil, de grandes bancos norte-americanos, como o Guaranty Bank e o Chase Manhattan (Martins, 2014, p. 87).

A expansão: as famílias Setúbal e Villela assumem a direção do Itaú

Ao final dos anos 1950, já com a saúde bastante debilitada, Alfredo Egidio de Souza Aranha passaria a administração do banco para o seu genro, Eudoro Villela, e para o seu sobrinho, Olavo Setúbal. O fundador do Itaú morreria pouco depois, em 1961, aos 67 anos.

Alfredo Egidio havia se casado, em 1917, com Umbelina Arruda de Souza Aranha. Os dois tiveram apenas uma filha, Maria de Lourdes de Souza Aranha, que, em 1938, casou-se com o médico Eudoro Villela. É a partir desse casamento que se estabeleceram os laços que, anos mais tarde, ligariam os Villela ao Itaú.

Maria de Lourdes de Souza Aranha e Eudoro Villela tiveram dois filhos, Alfredo Egidio Arruda Villela, falecido em um acidente aéreo em 1982, e Maria de Lourdes Egidio Villela, conhecida como “Milú Villela”, além de quatro netos: Alfredo Egidio Arruda Villela Filho e Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela, filhos de Alfredo, e Rodolfo Villela Marino e Ricardo Villela Marino, filhos de Milú. Todos ocupam cargos de direção nas diversas empresas controladas pelo grupo (Markowitz, 2004, p. 50).

Já a irmã de Alfredo Egidio, Francisca Egidio de Sousa Aranha, foi casada com o advogado e poeta Paulo Setúbal. Vinculado à estética parnasiana, Paulo Setúbal foi eleito, em 1934, para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (Martins, 2014, p. 71). Da união entre os dois, nasceram três filhos: Maria Teresa Egidio Setúbal, Maria Vicentina Egidio Setúbal e Olavo Egidio Setúbal. Escolhido pelo tio para administrar o banco, Olavo seria o elo entre os Setúbal e o Itaú.

Do casamento de Olavo Setúbal com Matilde Lacerda de Azevedo, nasceram sete filhos: Paulo Setúbal Neto, Maria Setúbal, Alice Setúbal, Olavo Egidio Junior, Roberto Egidio Setúbal, Alfredo Egidio Setúbal, Ricardo Egidio Setúbal e José Luiz Setúbal. Destes, apenas o último, médico pediatra, não ocupa nenhum cargo de direção nas empresas do grupo.

Nascido em 1907, Eudoro Libânio Villela, antes de se tornar banqueiro, foi médico e cientista, tendo publicado importantes trabalhos científicos na área (Costa, 2014, p. 236). Em 1951, apoiado pelo sogro, Alfredo Egydio, fundou a Duratex Indústria e Comércio, empresa voltada para a produção de chapas de fibra de madeira (Costa, 2002, p. 14).

Ao final dos anos 1950, iniciou a sua carreira de banqueiro como diretor do Banco Federal de Crédito. Quando Alfredo Egydio faleceu, em 1961, Eudoro Villela foi eleito diretor-presidente e depois presidente do banco, ocupando o cargo até 1975. Ao lado de Olavo Setúbal, foi o responsável pela expansão do banco, transformando-o em Itaú.

Em 1967, Eudoro Villela tornou-se presidente da Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social.³ No período em que presidiu a entidade, trouxe para uma conferência Milton Friedman, um dos principais ideólogos do neoliberalismo e notório apoiador da ditadura chilena.

Olavo Setúbal, sobrinho de Alfredo Egydio, era 16 anos mais novo que Eudoro Villela. Em 1940, ingressou na Escola Politécnica, onde se formou engenheiro mecânico e eletricitista. Em 1947, iniciou sua carreira como empresário, fundando a firma Artefatos de Metal Deca (Costa, 2014, p. 237). Uma década depois, assumiu os cargos de diretor-superintendente da Duratex e de diretor da Companhia Seguradora Brasileira (Markowitz, 2004, p. 43). Em 1959, iniciou suas atividades na área financeira como diretor do Banco Federal de Crédito, fundado por seu tio.

Após deixar a presidência da Deca em 1965, foi convidado por Paulo Egydio Martins, ministro da Indústria e Comércio do governo Castelo Branco, para ser membro do Conselho Nacional de Seguros Privados (Brandão, 2008, p. 164). Olavo Setúbal também foi conselheiro do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e vice-presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento (Anbid). Em 1974, após as aquisições do Banco Aliança e do Banco Português do Brasil, assumiu a presidência do Itaú.

Nas décadas de 1970 e 1980, Olavo Setúbal ocupou cargos importantes no aparelho de Estado. Entre 1974 e 1975, foi nomeado por Ernesto Geisel membro do Conselho Monetário Nacional (Brandão, 2008, p. 90).

3 De acordo com Dreifuss (1981), "a 31 de março de 1964, no dia do desencadeamento do golpe, um grupo de diretores de grandes bancos e indústrias criou, em São Paulo, a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social — ANPES, como parte de um esquema para tornar o associado do IPES e o tecno-empresário Roberto de Oliveira Campos, o ministro do Planejamento do novo governo" (p. 425).

Nessa mesma época, foi também diretor da Investimentos Brasil, ligada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Em 1975, foi indicado prefeito de São Paulo.

Em 1985, filado ao Partido da Frente Liberal (PFL), agremiação política que congregava vários nomes da extinta Arena, foi convidado a assumir o ministério das Relações Exteriores no governo Sarney. No ano seguinte, após deixar a pasta, assumiu o cargo de presidente do conselho de administração da Itaúsa⁴ (Brandão, 2008, p. 123). Sete anos depois da morte de Eudoro Villela, Olavo Setúbal faleceria aos 85 anos, em agosto de 2008.

A política de conglomeração bancária da Ditadura

Em 1972, durante evento promovido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Olavo Setúbal (1992) afirmaria que “o resultado das fusões bem planejadas são bancos altamente eficientes, com capacidade para constituir a base do desenvolvimento da empresa privada nacional” (pp. 72-73). Não por acaso, como veremos, o Itaú foi um dos principais favorecidos pela política de conglomeração bancária da Ditadura.

Banqueiros e associações de classe do setor bancário tiveram participação ativa no Golpe de 1964 (Minella, 1988, p. 120). Luiz Ignácio Pessoa Mello, presidente do V Congresso Nacional de Bancos, realizado em 1965, destacou o apoio dos banqueiros ao golpe. De acordo com Mello, as forças sociais derrotadas em 1964 eram “componentes desagregadores e contrários aos interesses do povo” e que deviam, por isso, sofrer uma “amputação traumática” (Minella, 1988, p. 120).

Banqueiros também tiveram atuação destacada no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). De acordo com Dreifuss (1981), “os industriais e banqueiros que eram líderes ativistas do Ipes também eram contribuintes, representando uma substancial fonte de apoio econômico” (p. 627). Também é digno de nota que um dos signatários do Ato Inconstitucional 5 foi o banqueiro e ministro do governo Costa e Silva, José Magalhães Pinto, dono do Banco Nacional. Além disso, banqueiros como Amador Aguiar (Bradesco) e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Mercantil de São Paulo) contribuíram para o financiamento da Operação Bandeirante.

4 Holding controladora do Itaú-Unibanco, fundada em 1966. Administrada pelas famílias Setúbal e Villela; além do banco, a Itaúsa comanda outras empresas: XP Inc. (gestão de investimento), Alpargatas (ramo de calçados e lonas), Dexco (setor de pisos laminados, painéis de madeira, revestimentos cerâmicos, válvulas, louças e metais sanitários), Aegea (setor de saneamento básico), Copa Energia (área de energia e gás) e NTS (transporte de gás natural).

A Ditadura cumpriu um papel fundamental para a predominância do capital monopolista na economia brasileira (Mantega e Moraes, 1979). De acordo com Saes (2001):

o golpe militar de 1964 abriu caminho para o estabelecimento da hegemonia, no seio do bloco no poder, de uma rede de múltiplos interesses monopolistas. Tal rede apresentava duas características fundamentais: a) era dirigida pelo capital bancário (o segmento monopolista que obtinha, proporcionalmente, maiores vantagens com a política pró-monopolista implementada pelos sucessivos governos militares); b) articulava três segmentos monopolistas: a empresa estatal, o capital monopolista privado nacional e o capital monopolista privado estrangeiro. (p. 24)

Como resultado da reorganização do Estado no pós-64 e das políticas econômicas implantadas pelo regime ditatorial, observamos uma aceleração do processo de concentração de renda, um crescimento exponencial da dívida externa, além de um aprofundamento das relações de dependência e subordinação ante a economia internacional (Brandão *et al.*, 2018).

A reforma bancária empreendida pela ditadura foi responsável por um intenso processo de centralização de capital e de formação de uma estrutura monopolística no setor. Ao final da década de 1960 e início dos anos 1970, é possível observar um conjunto de leis, decretos e resoluções emanadas por agências estatais como o Bacen e o CMN, amplamente favoráveis a esses processos.

Uma das mais importantes medidas nesse sentido foi a Resolução 141 do Bacen, de 23 de março de 1970, que suspendeu as autorizações para a instalação de novas agências, com exceção dos bancos públicos estaduais (Bacen, 1970). Ao longo daquela década, outras resoluções do Bacen também manteriam a suspensão, exceto em casos específicos como transferências inter-regiões e agências pioneiras (Resolução 200, de 20 de dezembro de 1971 e Resolução 266, de 15 de outubro de 1973). A concessão para a abertura de novas autorizações só ocorreria em 1976, sendo uma das principais causas da centralização no setor bancário.⁵

Pelo Decreto-Lei 1.182, de 16 de julho de 1971, foram concedidos estímulos fiscais (como isenção do Imposto de Renda) às fusões e incorporações “consideradas de interesse para a economia nacional”, e à abertura de capital

5 Segundo Minella (1988), “a política de abertura de agências bancárias tem influência sobre o processo de centralização e concentração na medida em que uma restrição ou suspensão de abertura de nova agência impõe como forma de expansão a compra dos bancos que já funcionam no mercado” (p. 171).

por parte das empresas (Brasil, 1971). Pela mesma lei, foi criada a Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (Cofie), subordinada ao Ministério da Fazenda, “com a atribuição de apreciar os processos de reavaliação, fusão e incorporação, de empresas em atividade no país” (Brasil, 1971).

No início dos anos 1960, o sistema bancário contava com um número elevado de matrizes bancárias. Durante a Ditadura, contudo, esse quadro se alterou radicalmente, sobretudo a partir da política de conglomeração financeira dos governos Costa e Silva e Médici (Tabela 1).

Tabela 1. Número de bancos comerciais (1960-1980)

Anos	Nacionais*	Estrangeiros	Total
1960	350	8	358
1961	340	8	348
1962	336	8	344
1963	327	8	335
1964	328	8	336

1965	323	8	331
1966	305	8	313
1967	254	8	262
1968	216	8	224
1969	192	8	200

1970	170	8	178
1971	147	8	155
1972	120	8	128
1973	107	8	115
1974	101	8	109

1975	98	8	106
1976	96	10	106
1977	97	10	107
1978	95	12	107
1979	95	13	108

* Inclui bancos privados e oficiais (públicos).

Fonte: Minella (1988, p. 134); relatórios Bacen (vários anos).

1980	94	17	111
------	----	----	-----

Pela Tabela 1, podemos observar que, em 1960, operavam no sistema bancário brasileiro 358 bancos, incluindo oito bancos estrangeiros.⁶ Em 1980, esse número foi reduzido para 111, dos quais 94 eram bancos nacionais e 17 bancos controlados pelo capital forâneo. Em duas décadas, o número de bancos caiu para menos de um terço. Esse total incluía tanto os bancos privados (nacionais e estrangeiros) quanto os bancos públicos (estaduais e federais).

Todavia, pela Tabela 2, percebemos que essa diminuição ocorre, basicamente, entre os bancos privados nacionais, resultado do processo de centralização de capitais realizado no setor.

Anos	Número de bancos
1960	323*
1965	296*
1970	142*
1975	69
1980	67

Tabela 2. Número de bancos comerciais privados nacionais (1960-1980)

* número aproximado.

Fonte: Minella (1988, p. 135); relatórios Bacen (vários anos).

Assim, de 323 bancos nacionais privados em 1960, passou-se para 142 em 1970 e, uma década depois, para apenas 67. Ou seja, aproximadamente 256 bancos privados desapareceram entre 1960 e 1980.

A Tabela 3 apresenta um melhor retrato desse quadro, utilizando como indicador o volume de depósitos comparativamente entre os 5, 10, 20 e os 30 maiores bancos do país em 1955, 1965, 1970 e 1980. É a partir de 1965, já durante a Ditadura, que se acentua o processo de centralização de capitais no setor bancário. Em 1955 e 1965, os cinco maiores bancos concentravam, respectivamente, 18% e 18,8% dos depósitos. Em 1980, os cinco maiores bancos passavam a controlar 32,2%; índice que alcança 54,4% entre os 10 maiores, 73,4% entre os 20 maiores e 81,4% entre os 30 maiores.

Bancos	1955	1965	1970	1980*
5 maiores	18%	18,8%	28,7%	32,2%
10 maiores	33,6%	31%	42,8%	54,4%
20 maiores	52,4%	48,5%	60,4%	73,4%
30 maiores	63,9%	61%	72,7%	81,4%**

Tabela 3. Participação percentual dos bancos privados no total de depósitos no período 1955-1980

* Inclui bancos comerciais estaduais.

** 25 maiores bancos.

Fonte: Minella (1988, p. 150); relatórios Bacen (vários anos).

6 Até 1964, esses dados também incluíam as casas bancárias.

A Tabela 4 apresenta dados sobre depósitos, na qual são considerados apenas os cinco maiores bancos privados e a qual nos dá a dimensão do processo de formação de capital monopolista no setor a partir da centralização bancária.

Tabela 4. Percentual dos depósitos à vista dos cinco maiores bancos privados no período 1966-1974

Anos	%	Número de bancos
1966	24	229
1968	27	172
1970	33	128
1972	34	95
1974	45	75

Fonte: Minella (1988, p. 151); relatórios Bacen (vários anos).

As primeiras fusões: o Banco Central de Crédito vira Itaú América

O estímulo à centralização de capitais no sistema bancário, levando à formação de grandes conglomerados financeiros, foi justificado pelo governo devido à necessidade de expandir a capacidade do setor na movimentação de capitais e oferecer financiamentos de longo prazo (Macarini, 2007, p. 357).

Como já destacamos, o Itaú foi um dos principais grupos favorecidos pela reforma do sistema financeiro brasileiro durante a Ditadura Militar, que estimularia a expansão do capital monopolista no setor.⁷ Para o grupo Itaú, iniciava-se um intenso período de fusões e aquisições, o que permitiu um crescimento extraordinário do banco controlado pelas famílias Setúbal e Villela.⁸ Entre 1964 e 1985, foram incorporadas pelo grupo nada menos do que sete instituições financeiras.

7 É importante destacar que não somente o Itaú foi favorecido pela política de conglomeração da Ditadura. Outros bancos também cresceriam nesse período, igualmente beneficiados por esse processo, como é o caso do Bradesco (aquisições do banco Porto-Alegrense, em 1967; do Inco — Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina, em 1968; e do Banco da Bahia, em 1973), do Unibanco (aquisições do Banco de Juiz de Fora, em 1965; do Bansulvest — Banco de Investimentos SA, em 1974, e do Banco Mineiro, em 1981; além das incorporações da Ibec e Deltec, em 1966, e das fusões com o Banco Agrícola e Mercantil, em 1967, e com o Banco Predial do Rio de Janeiro, em 1970), do Comind — Banco do Comércio e Indústria de São Paulo (incorporações do Banco Comercial e Industrial de Minas Gerais, em 1967; do Banco Leme Ferreira, em 1968; e do Banco Cearense do Comércio e Indústria, em 1972; além da aquisição do Banco Residência, em 1982) e do Bamerindus (incorporações do Banco do Comércio e Indústria do Brasil, em 1966; do Banco do País, em 1967; do Banco Francisco Telles e do Banco Vaz, em 1969; do Banco de Crédito da Bahia, do Banco Mercantil e Industrial de Santa Catarina, do Banco Mercantil e Industrial do Nordeste e do Banco Tibagi, em 1970; do Banco Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, em 1971, e do Bancial — Banco do Comércio do Paraná, em 1974).

8 De acordo com Macarini (2007), “de maneira geral, as operações de absorção tiveram um papel destacado na expansão alcançada pelos grandes bancos. Com efeito, sua contribuição para o incremento desfrutado entre 1964 e 1976 na parcela dos depósitos totais foi de um terço nos casos do Bradesco e do Real, em torno da metade nos casos do Nacional, do Bamerindus e do Unibanco, e superior a 90% no caso do Itaú” (p. 351).

No ano do Golpe, o Banco Federal de Crédito era um banco de atuação regional, possuindo 58 agências, a maior parte delas no estado de São Paulo (Martins, 2014, p. 133). Uma década depois, já transformado em Itaú, possuía agências em várias regiões do país e figurava entre os grandes bancos brasileiros.

A primeira importante fusão da história do grupo ocorreu em 1964, poucos meses depois do golpe. Tratava-se do Banco Itaú, braço financeiro da Companhia de Cimento Portland Itaú, de Minas Gerais, instituição fundada em 1944 por José Balbino Siqueira. Ocupava a 47ª posição no *ranking* dos maiores bancos do Brasil e possuía uma importante rede de 76 agências. Além de Minas Gerais, estava presente no Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Guanabara e no Distrito Federal. O início das operações do novo banco, que passou a se chamar “Banco Federal Itaú”, deu-se em janeiro de 1965. Após o negócio, passou a ocupar a 16ª posição no *ranking* das maiores instituições bancárias do país, com um capital de USD\$ 4,2 milhões (Costa, 2014, p. 238).

A partir da reforma do mercado de capitais e do processo de financeirização da economia brasileira empreendida pela Ditadura, o grupo Itaú obteve a primeira carta patente para a abertura de um banco de investimentos no país: o Banco Federal Itaú de Investimentos — Bankinvest (Martins, 2014, p. 134). Em 1974, o Bankinvest passou a se chamar “Banco Itaú de Investimentos” e contava com uma participação de 27% de investimento estrangeiro.

A segunda fusão ocorreu em 1966, com o Banco Sul-Americano. Fundado em 1943, os principais acionistas do Sul-Americano eram também sócios da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, empresa da qual a família Souza Aranha tinha participação (Costa, 2014, p. 239). Uma das principais vantagens no negócio para o Banco Federal Itaú era a ampliação do número de agências. O Sul-Americano possuía 52 postos de atendimento bancário. Destes, 44 estavam em São Paulo, seis no Paraná, um em Minas Gerais e um na Guanabara. Com a incorporação, o Banco Federal Itaú Sul-Americano passaria a contar com 184 agências e iniciava as operações com um capital de USD\$ 6,7 milhões. Em 1967, o banco abriu uma agência em Salvador, deixando os limites da região Centro-Sul do país.

Em 1969, ocorreria a fusão com o Banco da América, a terceira na história do grupo. Seu proprietário era Herbert Levy, político filiado à União Democrática Nacional, dono do jornal *Gazeta Mercantil* e proprietário de

terras. O Banco da América era o banco com o maior número de agências em São Paulo e estava entre os 15 maiores bancos brasileiros (Martins, 2014, p. 135).

A fusão deu origem ao Banco Itaú América, eliminando a referência ao Federal, dos tempos de Alfredo Egydio de Souza Aranha, e ao Sul-Americano. No total, a rede bancária da nova instituição teria 274 agências, distribuídas por São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Brasília e Bahia.

As aquisições do Aliança, do Português do Brasil e do Banco União Comercial

Ao mesmo tempo que o antigo Banco Central de Crédito se tornava Itaú, estimulada pela política de conglomeração bancária da Ditadura, a instituição passaria por um processo de profissionalização de seus quadros, ficando conhecido como “banco dos engenheiros”, em razão do número cada vez maior de profissionais com essa formação. A atuação do grupo em investimentos na área industrial (Duratex e Deca) e de tecnologia (Itautec) também reforçava tal identificação (Costa, 2002, p. 15). Criada em 1979, a Itautec, empresa fabricante de equipamentos de informática e de automação bancária, seria a principal responsável pela introdução de modernos serviços bancários no Itaú: em 1981, o sistema on-line foi implantado na agência central, em São Paulo; em 1982, foi criado o Itaúfone e, no ano seguinte, o banco eletrônico (Martins, 2014, p. 161).

A partir da operação com o Banco da América, interrompeu-se o período de fusões, dando início a uma nova etapa na estratégia empresarial de expansão do grupo, caracterizada por aquisições e incorporações, que se iniciaram com o banco Aliança, em 1970. Sediado no Rio de Janeiro, o Aliança era um banco de pequeno porte e possuía apenas 35 agências (Martins, 2014, p. 136). Contudo, 15 delas ficavam na região Nordeste. Com a incorporação do Aliança, o Itaú América alcançou a oitava posição no *ranking* dos maiores bancos brasileiros.

As aquisições e incorporações prosseguiram ao longo da década de 1970, com a compra, em 1973, do Banco Português do Brasil. Fundado pela comunidade portuguesa do Rio de Janeiro em 1918, tinha como principal foco a intermediação dos interesses e necessidades financeiros entre Brasil e Portugal. O banco encontrava-se sob intervenção do Bacen e seu controle acionário foi colocado à venda. Depois de propostas do Bradesco, do Nacional, do Real e da construtora Camargo Corrêa — controladora do

Banco Geral do Comércio —, o Banco Português do Brasil acabou sendo adquirido pelo Itaú América. Com a aquisição, o Itaú América tornou-se o segundo grupo por volume de depósitos no sistema bancário nacional. Liderava, ainda, em número de agências entre os bancos privados, com 468 unidades.

Em 1974, um ano após a compra do Português do Brasil, o Itaú América realizou outro importante negócio, com a incorporação do Banco União Comercial (BUC), ocorrida logo após a quebra do banco Halles. Também favorecida pela política de conglomeração bancária da Ditadura, o Halles vinha apresentando dificuldades em relação à política monetária do ministro Mário Henrique Simonsen para conter os riscos inflacionários gerados pela crise do choque do petróleo de 1973. O Halles, então, sofreu intervenção do Bacen e o governo federal financiou a sua incorporação pelo Banco do Estado da Guanabara. Estima-se que os gastos públicos com a crise do Halles tenham atingido USD\$ 1,2 bilhões (Costa, 2014, p. 240).

Assim como o Halles, o BUC foi saneado com recursos públicos. Instituição de grande porte, controlada pelo grupo Soares Sampaio, o BUC foi fundado em 1967. Seis anos depois, já ocupava o sétimo lugar entre os bancos comerciais privados por volume de depósitos, com uma rede de 250 agências. O banco entrou em crise conjuntamente com um de seus maiores clientes, o grupo Lume, e estava com uma dívida de curto prazo calculada à época em Cr\$ 1,8 bilhões, quando foram montadas as condições para a sua aquisição pelo Itaú América. O BUC, sob intervenção, passou a ser administrado pelo exministro, Roberto Campos, nome ligado à fundação da Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social, instituição da qual Eudoro Villela ocupava a presidência (Costa, 2014, p. 241). A aquisição do BUC representou, na ocasião, a duplicação do tamanho do Banco Itaú América.

No ano seguinte à incorporação do BUC, Olavo Setúbal foi nomeado prefeito de São Paulo, entregando a diretoria do banco para José Carlos Moraes de Abreu. Também em 1975, o banco passou a se chamar “Itaú”, situando-se entre os 500 maiores do mundo.

Em janeiro de 1985, quando Olavo Setúbal assumiu o ministério das Relações Exteriores, José Carlos de Abreu novamente ocupou a direção do banco, permanecendo até 1990. Assim como Olavo Setúbal, José Carlos Abreu também foi membro do CMN. Com o falecimento de Olavo Setúbal, em 2008, assumiu a presidência do conselho de administração do grupo.

A consolidação: a participação do Itaú nas privatizações dos bancos estaduais

A partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, o neoliberalismo passou a ser adotado pelos governos dos países centrais, chegando, na década de 1990, aos países periféricos. Desde então, foram promovidas privatizações de empresas públicas em todo o mundo. De acordo com dados do Banco Mundial, de 1980 ao final da década seguinte, mais de 6.300 empresas estatais foram vendidas em diferentes países. Cerca de um terço delas ocorreu em países periféricos, especialmente na América Latina (Arêas, 2012, p. 149).

Nesse contexto, a década de 1990 também foi marcada por um novo ciclo de aquisições na história do Itaú, impulsionadas pelas reformas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, que incluíam as privatizações dos bancos estaduais (Brandão, 2019).

O Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) tinha como objetivo promover ajustes estruturais nas finanças do setor público, por meio da redução da participação dos bancos estaduais no sistema financeiro nacional, mediante a privatização, extinção e transformação em agência de fomento (Salviano Júnior, 2004, p. 79).

Quando o Proes foi criado, os governos estaduais controlavam 35 instituições financeiras. Até 2002, com as exceções de Mato Grosso do Sul e Tocantins, que não possuíam bancos públicos, e da Paraíba e do Distrito Federal, que não manifestaram interesse em participar do programa, todos os demais governos estaduais aderiram ao Proes. O programa foi financiado com recursos públicos, mediante a emissão de títulos pelo Tesouro Nacional (Bacen, 1998) Ao todo, o Proes consumiu mais de R\$ 73 bilhões.

Até 2002, sete instituições passaram para o controle de bancos privados nacionais (Banerj, Credireal, Bemge, Baneb, Banestado, BEG, BEA e BEC) e três foram adquiridos por bancos estrangeiros (Bandepe, Banespa e Paraiban). Assim, o Proes não somente acelerou o processo de centralização bancária, como também intensificou a desnacionalização do setor, uma vez que grupos financeiros estrangeiros (ABN-Amro e Santander) participaram das privatizações dos bancos estaduais, tendo, inclusive, assumido o controle do maior deles (Banespa).

Diversos mecanismos foram adotados para “estimular” a participação dos grupos financeiros nos leilões de privatização: retirada das dívidas previdenciárias e trabalhistas dos passivos dos bancos estaduais; possibilidade de utilização dos certificados de privatização (“moedas podres”); isenção do

depósito compulsório; manutenção das contas do Estado e do funcionalismo nas instituições adquiridas; além do próprio saneamento dos bancos estaduais, melhorando a sua liquidez (Vidotto, 2002, p. 235). O Itaú foi o principal favorecido pelas privatizações, adquirindo, além do BEG, três instituições de grande porte: Banerj, Bemge e Banestado.

Em 26 de junho de 1997, o Itaú comprou o Banerj, o primeiro banco estadual a ser privatizado dentro do Proes. No último dia de 1994, a instituição sofreu intervenção do Bacen. A partir de então, conforme apontado pela comissão parlamentar de inquérito instalada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Banerj foi alvo de uma série de irregularidades cometidas por seus interventores: manipulação de balanços e de operações contábeis, subavaliação de patrimônio e do valor de venda, e favorecimento ao grupo financeiro comprador (Alerj, 2001).

Pouco antes da venda, o governo do Rio de Janeiro efetuou um empréstimo de R\$ 3,1 bilhões junto à Caixa Econômica Federal para o pagamento de dívidas trabalhistas e previdenciárias (Alerj, 2001). Com isso, o futuro comprador do Banerj ficou isento desses pagamentos. No leilão, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o Itaú comprou o Banerj por R\$ 311,1 milhões, adquirindo 170 agências e mais de um milhão de clientes (Brandão, 2019, p. 217).

A compra do Banerj pelo Itaú foi realizada, em sua maior parte, com a utilização das chamadas “moedas podres”. Assim, o desembolso do Itaú foi, na realidade, de pouco mais de R\$ 200 milhões. Além disso, uma série de vantagens foi concedida, entre elas a permanência no banco de dois dias da folha de pagamentos de todo o funcionalismo público e pensionistas, e por três dias dos pagamentos dos fornecedores e dos repasses das arrecadações de tributos e rendas estaduais (Alerj, 2001). Dessa forma, o Itaú recebeu não só o direito de administrar todas as contas do funcionalismo público estadual, como também a gerência das receitas estaduais.

No ano seguinte à compra do Banerj, o Itaú adquiriu o Bemge, cuja origem está associada ao Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (Bastos, 1997). Fundado por capitais franceses, em 1943, o banco passou a ser controlado pelo governo estadual mineiro, sob a alegação de que seus proprietários viviam em território ocupado pelos nazistas (Costa, 1978, p. 56).

Quando foi privatizado, o Bemge estava entre os 20 maiores bancos do país. O processo de venda teve início dois anos antes quando, em 1996, foi assinado um acordo entre o governo mineiro e a União, no âmbito do Proes

(Salviano Júnior, 2004, p. 95). Todas as empresas do conglomerado Bemge foram incluídas no leilão: Bemge Administração de Cartões de Crédito, Bemge Distribuidora, Financeira Bemge e IFE Bemge Uruguai (agência no Uruguai).

O Itaú desembolsou R\$ 583 milhões para comprar cerca de 90% das ações do banco. Foi o maior valor pago por um banco público no país até então. Com a aquisição, o Itaú incorporou 472 agências e 113 postos de atendimento bancário, passando a ser o quarto maior banco do país, atrás apenas do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banespa, e o primeiro entre os privados, ultrapassando o Bradesco.

Outro importante banco público adquirido pelo Itaú foi o Banestado. Fundado em 1928, sua história está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico do Paraná, destacando-se no financiamento à agricultura e na concessão de créditos para obras e projetos industriais (Gasino, 2006, p. 17). Na maioria dos municípios paranaenses, o Banestado era a única instituição financeira presente. A partir da década de 1960, o banco passou a financiar a construção de estradas de rodagem e a realizar investimentos na Companhia Paranaense de Energia (Copel), na Café Paraná, na Telecomunicações do Paraná (Telepar) e na Fundação Educacional do Paraná (Fundepar).

Diferentemente de outros bancos estaduais, o Banestado era uma instituição que apresentava lucros quando foi vendida ao capital particular. No leilão de privatização, ocorrido em outubro de 2000, o Itaú adquiriu o banco por R\$ 1,625 bilhões, o que representava um ágio de 302,8% sobre o valor mínimo estabelecido (Gasino, 2006, p. 66). Com a compra do Banestado, o Itaú passaria a deter mais de R\$ 7 bilhões em ativos, incorporando uma rede bancária de 370 agências e mais de 7.683 funcionários.

Assim como no caso do Banerj, o Itaú também recebeu uma série de vantagens, como o comprometimento do governo paranaense de manter todos os seus recursos no banco durante cinco anos. Além disso, foi incluído no leilão 21% das ações da Copel (Alep, 2003).

Em dezembro de 2001, o Itaú realizou a sua última aquisição, com a compra do BEG. Comparado a outras três instituições, o BEG era um banco de menor porte. Contudo, possibilitava ao Itaú uma maior inserção na região Centro-Oeste do país.

O banco goiano iniciou suas atividades em 1955, a partir da incorporação de outras quatro instituições financeiras. Em 1999, o BEG foi federalizado e o seu processo de privatização passou a ser conduzido pelo governo

federal através do Proes. O Itaú adquiriu o BEG por R\$ 665 milhões (Brandão, 2019, p. 254).

Além dos bancos estaduais, o Itaú realizou outras duas aquisições em meados da década de 1990: o Banco Francês e Brasileiro, instituição financeira voltada para o atendimento de clientes de alta renda e do qual herdou a marca Personalité, e o Banco del Buen Ayre, incorporado ao Itaú Argentina. A incorporação das 90 agências do Buen Ayre, somada às 32 do Itaú Argentina, formaria a sexta maior rede da capital portenha (Martins, 2014, p. 216).

O Itaú no limiar do século XXI: da aquisição do BBA à fusão com o Unibanco

Em 2001, Eudoro Villela faleceria aos 93 anos. Contudo, desde 1996, havia se afastado do Itaú por razões de saúde. Responsável pelo crescimento do grupo juntamente com Olavo Setúbal, era também o seu maior acionista individual. Sete anos depois, aos 85 anos e ainda ocupando o cargo de presidente do conselho de administração do Itaú, Setúbal também faleceria.

A morte dos dois principais nomes das famílias controladores do Itaú não gerou grandes impactos administrativos na estrutura do grupo. Desde 1982, os Setúbal e os Villela já haviam reunido suas participações societárias na companhia ESA, iniciais do sobrenome daquele que é considerado o fundador do Itaú, Alfredo Egydio de Souza Aranha. O acordo de acionistas tinha como objetivo principal definir as regras entre os Setúbal e os Villela e perpetuar a unidade do grupo. Atualizado em 2001, o acordo estabelece que os dois ramos familiares devem votar de modo “uniforme e permanente” (Adachi e Balarin, 2008).

Assim, no início do século XXI, o Itaú se consolidava ainda mais como um dos maiores grupos econômicos do capitalismo brasileiro. Em 2002, o Itaú comprou, por R\$ 3,3 bilhões, o BBA-Creditanstalt (Balbi, 2002). Formava-se, assim, o maior de banco de investimento do país, o Itaú BBA. O BBA foi fundado em 1988, em São Paulo, por Fernão Bracher, Antonio Beltran Martinez e Pérsio Arida, em parceira com o Creditanstalt, o maior banco da Áustria. Três anos depois de sua fundação, em 1991, o BBA já coordenava consórcios de bancos estrangeiros nas privatizações de empresas estatais brasileiras. No mesmo ano, recebeu autorização do Banco Central para operar na área internacional. Em 1995, juntou-se ao Capital Group, dos Estados Unidos, para formar a administradora de fundos BBA Capital.

Um mês após a compra do BBA, o Itaú anunciou a aquisição do banco Fiat, por R\$ 897 milhões. Com isso, o Itaú manteria a segunda posição entre

os maiores bancos privados do país em volume de ativos. Em 2006, o banco comprou as operações do BankBoston no Brasil, então controlado pelo Bank of America (Markowitz, 2004, p. 47). Com a aquisição do BankBoston, todas as agências se transformaram em Itaú Personalité, e o Itaú ascendeu do quarto para o terceiro lugar no *ranking* de ativos do sistema bancário do país, considerando os bancos públicos.

Em 2008, porém, o Itaú realizaria a maior operação de sua história. O banco que, beneficiado pela política de conglomeração bancária da Ditadura e pelas privatizações da década de 1990, estabeleceria, no início do século XXI, uma fusão com o Unibanco, instituição financeira controlada pela família Moreira Salles. Da operação, surgiria o Itaú-Unibanco, o maior banco privado da América Latina.

Quadro 1. Principais fusões, aquisições e incorporações do grupo Itaú

Ano	Instituição bancária	Tipo de negócio
1961	Banco Paulista de Comércio	Compra de seis agências
1964	Banco Itaú	Fusão
1966	Banco Sul-Americano do Brasil	Fusão
1969	Banco da América	Fusão
1970	Banco Aliança	Aquisição
1973	Banco Português do Brasil	Incorporação
1974	Banco União Comercial	Incorporação
1985	Banco Pinto Magalhães	Incorporação
1995	Banco Francês e Brasileiro	Controle acionário
1997	Bamerindus Luxembourg	Aquisição
1997	Banerj	Aquisição
1998	Bemge	Aquisição
1998	Banco Del Buen Ayre	Aquisição
2000	Banestado	Aquisição
2001	BEG	Aquisição
2002	BBA Creditanstalt	Aquisição
2003	Banco Fiat	Controle acionário
2003	Banco AGF	Aquisição
2003	AGF Vida e Previdência	Aquisição
2006	BankBoston do Brasil	Aquisição
2006	Santander Banespa Japão	Aquisição
2008	Unibanco	Fusão

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados levantados a partir de várias fontes.

Conclusões

Ao longo do artigo, procuramos analisar a trajetória empresarial do grupo financeiro Itaú, controlado pelas famílias Setúbal e Villela, desde sua fundação até 2008, ano da fusão com o Unibanco, formando o maior banco privado da América Latina. Esse processo pode ser dividido em três fases distintas: 1) origem em um banco de atuação regional; 2) expansão, favorecida pela política de conglomeração bancária da Ditadura, e 3) consolidação, com as privatizações de bancos estaduais na década de 1990.

Fundado em 1943, ainda como Banco Central de Crédito, por Alfredo Egydio de Souza Aranha e por seu sócio, Aloysio Ramalho, passaria a ser administrado, cerca de duas décadas depois, por Eudoro Villela e Olavo Setúbal, respectivamente, genro e sobrinho de Alfredo Egydio. Os dois seriam os responsáveis pela transformação do Itaú em um dos maiores grupos financeiros do país.

O Itaú seria um dos principais beneficiados pela política de conglomeração bancária da Ditadura, que permitiu uma acelerada expansão do banco a partir de uma série de fusões e incorporações de outras instituições financeiras. Nesse período, o Itaú realizou operações com sete outros bancos.

Na segunda metade da década de 1990, durante o período neoliberal e novamente favorecido por políticas estatais de estímulo à centralização de capitais no setor bancário, o Itaú consolidaria a sua posição monopolística ao participar das privatizações dos bancos públicos estaduais. Nesse período, o Itaú adquiriu instituições de grande porte, como o Banerj, Bemge e Banestado, além do BEG. Essa posição seria reforçada na primeira década do século XXI, ao comprar o BBA-Creditanstalt e realizar, em 2008, a mais importante operação da história bancária brasileira ao anunciar a sua fusão com o Unibanco, formando o maior banco privado da América Latina.

Referências

Fontes primárias

Adachi, V. & Balarin, R. (2008, 8 de setembro). Quem são os discretos herdeiros do Itaú. *Valor Econômico*, 7.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (2001). *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar as Irregularidades*

- nos Processos de Privatização do Estado do Rio de Janeiro*. <https://theintercept.com/document/2017/02/17/cpi-rio-de-janeiro/>
- Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (2003). *Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado — Relatório Final*. <https://fdocumentos.tips/document/cpi-banestado-relatorio-final-112003.html>
- Banco Central do Brasil. (1970). *Resolução n.º 141, de vinte e três de março de 1970*. https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/40439/Res_0141_v1_O.pdf
- Banco Central do Brasil. (1971). *Resolução n.º 200, de 20 de dezembro de 1971*. https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/40337/Res_0200_v1_O.pdf
- Banco Central do Brasil. (1973). *Resolução n.º 266, de 15 de outubro de 1973*. https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/40226/Res_0266_v1_O.pdf
- Banco Central do Brasil. (1998). *Evolução do Sistema Financeiro Nacional (1994-1998)*. <https://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/index.asp?frame=1>.
- Balbi, S. (2002, 6 de novembro). Itaú leva BBA Creditanstalt por R\$ 3,3 bi. *Folha de SP*, 12.
- Brasil. (1971). *Decreto-Lei n.º 1.182, de dezesseis de julho de 1971*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1182.htm
- Brasil. (1996). *Medida Provisória n.º 1514, de cinco de setembro de 1996*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1514-1.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.514%2D1,financeiras%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

Referências

- Arêas, J. B. (2008). *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. (tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense.
- Bastos, C. A. (1997). *Instituições Financeiras de Minas (1819-1955)*. Embalart.

- Bielschowsky, R. (1975). *Bancos e acumulação de capital na industrialização brasileira (1935-1962)*. (dissertação de mestrado). Universidade de Brasília.
- Brandão, I. de L. (2008). *Desvirando a página: a vida de Olavo Setúbal*. Global Editora.
- Brandão, R. V. da M. (2019). *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização dos bancos estaduais*. Consequência.
- Brandão, R. V. da M., Campos, P. H. P., & Martins M. de S. N. (2018). (orgs.). *Política econômica dos anos de chumbo*. Consequência.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus.
- Castro, C., & Praça, S. (2017). (orgs.). *Lázaro de Mello Brandão: senda de um Executivo Financeiro*. Fundação Getúlio Vargas.
- Corrêa, F. R. C. (2017). A trajetória do BCHASP/Banespa: do banco do café ao banco de Estado (1909-1939). *Anuario Centro de Estudios Económicos de la Empresa y el Desarrollo*, 9(9), 137-172.
- Costa, F. N. (1978). *Bancos em Minas Gerais: 1889-1964*. (dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas.
- Costa, F. N. (1988). *Banco do estado: o caso do Banespa*. (tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas.
- Costa, F. N. (2002). Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI. *Texto para Discussão*. (106), 1-28. <https://fernandonogueira costa.wordpress.com/2010/01/24/origem-do-capital-bancario-no-brasil-o-caso-rubi>
- Costa, F. N. (2014). *Brasil dos Bancos*. Ed. USP.
- Dreifuss, R. A. (1981). *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Vozes.
- Ferreira, A. (2000). *Citibank no Brasil: 85 anos de história*. Cultura Editores Associados.
- Freitas, M. C. P., & Prates, D. M. (2001). A abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências. *Economia e Sociedade*, 10(2), 81-111. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643099/10650>
- Gambi, T. F. R. (2015). *O Banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866)*. Alameda.

- Gasino, W. (2006). *Histórias sobre corrupção e ganância: os bastidores da CPI estadual do Banestado*. Feller.
- Gonçalves, R. (1991). Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. *Revista Brasileira de Economia*, 45(4), 491-518. <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/534-19325-1-PB.pdf>
- Guimarães, C. G. (1995). Bancos, economia e poder no Segundo Reinado. *Cadernos do ICHF*, (71), 4-11.
- Guimarães, C. G. (2007). A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. *Heera (UFJF. Online)*, 2(3), 127-153. <https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/3-artigos6.pdf>
- Guimarães, C. G. (2012a). O banco inglês Brazilian and Portuguese Bank (English Bank of Rio de Janeiro) no Brasil e Portugal da segunda metade do século XIX (1863-1870). Em: L. M. B. P. Neves, & T. Bessone (orgs.), *Dimensões políticas do Império do Brasil* (pp. 211-242). Contra Capa.
- Guimarães, C. G. (2012b). *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. Alameda.
- Guimarães, C. G. (2013). O Banco Commercial e Agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862). *Saeculum (UFPB)*, (29), 231-259. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/19823/10958>.
- Lagemann, E. (1985). *O Banco pelotense e o sistema financeiro regional*. Mercado Aberto.
- Landes, D. (2007). *Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais*. Elsevier.
- Levy, M. B. (1977). *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. IBMEC.
- Lobo, E. M. L. (1978). *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. IBMEC.
- Macarini, J. P. (2007). A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). *Economia e Sociedade*, 16(31), 343-369. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000300003>
- Mantega, G., & Moares, M. (1979). *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Paz e Terra.

- Markowitz, M. A. (2004). *Bancos e Banqueiros: empresas e famílias no Brasil*. (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro). <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2010/08/bancos-e-banqueiros-micheleandreamarkowitz.pdf>
- Marianno, M. (1991). *Sudameris Brasil: 80 anos de trabalho*. Banco Sudameris Brasil.
- Martins, A. L. (2014). *Itaú Unibanco 90 Anos: uma história muito além dos números*. Editora Itaú Unibanco.
- Minella, A. (1988). *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Espaço e Tempo; Anpocs.
- Montebello, S. C. (1993). *BB: Banco do Brasil ou do Governo? Dilema histórico de uma instituição (1808-1988)*. (dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Nassif, L. (2019). *Walther Moreira Salles: o banqueiro-embaixador e a construção do Brasil*. Companhia Editora Nacional.
- Oliveira, F. V. (1985). *O Banco do Brasil no ciclo recente: 1964-1979*. (dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas.
- Oliveira, W. F. (1993). *História de um Banco: o banco Econômico*. Museu Eugênio Teixeira Leal.
- Paula, L. F. P. (2002). *A recente onda de bancos europeus no Brasil: determinantes e impactos*. Banco Santos.
- Peláez, C. M., & Suzigan, W. (1976). *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Ipea.
- Pereira, T. C. (2006). *Bancos e Banqueiros, Sociedade e Política: O Bamerindus e José Eduardo de Andrade Vieira*. (tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88567>
- Piñeiro, T. L. (1996). Crédito, bancos e política no Brasil Império (1830-1860). *Encontro Nacional de Econômica Clássica e Política*. 5-16.
- Piñeiro, T. L. (2007). A Carteira Hipotecária do Banco do Brasil: os conflitos em torno do crédito agrícola no II Reinado. Em: E. S. Guimarães, & M. M. Motta (orgs.), *Campos em Disputa: história agrária e companhia* (pp. 41-62). Annablume.
- Saes, D. (2001). *República do Capital*. Boitempo.

- Salviano Jr, C. (2004). *Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao Proes*. Banco Central do Brasil. https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf
- Setúbal, O. E. (1992). Consequências operacionais de fusões e incorporações. Febraban. *Simpósio sobre fusões e aquisições*. Mestre Jou.
- Sucheuski, E. A. (2001). *Caixa Econômica Federal: o banco do povo brasileiro*. Concurso de monografia da Fenag.
- Toledo, R. P. (1994). *História do Unibanco: 1924-1994*. Instituto Moreira Salles.
- Vidotto, C. A. (1995). *Banco do Brasil: crise de uma empresa estatal do setor financeiro (1964-1992)*. (dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas.
- Vidotto, C. A. (2002). *O Sistema Financeiro Brasileiro nos Anos 90: um balanço das mudanças estruturais*. (dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas). <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285420>